

A verdade como poder, o poder como verdade: a configuração da subjetividade neoliberal à luz da subjetivação cristã sob a ótica de Michel Foucault – Parte II ¹

Glauco Barsalini •

Lucas Carvalho Lima Teixeira ••

Resumo

O objetivo deste artigo consiste em propor vias de interpretação que permitam estabelecer uma relação de íntima complementaridade entre o diagnóstico foucaultiano sobre a constituição do assim chamado *homo oeconomicus*, figura central do curso *Nascimento da*

¹ Uma primeira dimensão desta pesquisa encontra-se publicada na revista *Primeiros Escritos*, n. 9, p. 220-247, 2018, sob o título *A verdade como poder, o poder como verdade: os procedimentos da subjetivação cristã sob a ótica de Michel Foucault – Parte I*. Ali, dedicamo-nos mais especificamente ao curso *Do Governo dos Vivos* (1979-1980) e à análise da construção da subjetividade cristã em sua relação com o poder e a verdade a partir da leitura de Foucault sobre Tertuliano e Cassiano, especialmente; os conceitos de ordem teológica evocados no presente trabalho junto à investigação sobre o *homo oeconomicus* encontram-se devidamente burilados e fundamentados naquele primeiro artigo, que, portanto, apresenta-se como uma espécie de fundamentação para este, embora cada qual preserve certa independência, constando de uma hipótese, desenvolvimento e conclusão.

• Professor pesquisador do Programa de Mestrado em Ciências da Religião e da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). É membro, desde agosto de 2018, do Conselho Científico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE). Realizou pós-doutorado no Departamento de Teologia da Loyola University Chicago (2019), é doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2011), mestre em Múltiplos pela UNICAMP (2001), bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UNICAMP (1995; 1997), bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas (2002). Integrante do grupo de pesquisa *Ética, Política e Religião: questões de fundamentação*, vinculado ao programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Dentre outros trabalhos, é autor do livro *Direito e Política na obra de Giorgio Agamben*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2013. E-mail: glaucobarsalini@gmail.com.

•• Mestre em Filosofia pelo PPG em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. Realizou estágio em pesquisa, no âmbito do mestrado, no Instituto de Filosofia da Universidade Nova de Lisboa (IFIL-Nova). Membro do grupo de pesquisa Modernidade e História Cultural, vinculado ao PPG em Filosofia da Unifesp, e do grupo de pesquisa *Ética, Política e Religião: Questões de Fundamentação*, vinculado ao PPG em Ciências da Religião da PUC-Campinas. E-mail: led.lclt@gmail.com.

Biopolítica (1978-1979), e os dispositivos produtores da subjetividade cristã tal como pensados no curso *Do Governo dos Vivos* (1979-1980). Destarte, pretende-se examinar os vínculos profundos da relação positiva entre poder e verdade a fim de irritar e fazer aparecer a familiaridade histórica essencial entre neoliberalismo e cristianismo.

Palavras-chave

Foucault; verdade; poder; neoliberalismo; cristianismo.

Abstract

The aim of this paper lies in to propose interpretation lines that allows the establishment of an intimate complementarity relationship between the foucaultian diagnostic on the constitution of the so-called *homo oeconomicus*, main figure of the lecture *Birth of Biopolitics* (1978-1979), and the producing devices of the Christian subjectivity such as they were thought in the lecture *On the Government of the Livings* (1979-1980). Therefore, one intends to examine the deep bonds of the positive relationship between power and truth in order to excite and to make appear the essential historical familiarity between neoliberalism and Christianity.

Keywords

Foucault; truth; power; neoliberalism; christianity.

Introdução

A discussão, em *Nascimento da Biopolítica*, acerca do *homo oeconomicus* e do regime de veridicação enquanto aportes da assim chamada governamentalidade, parece mais haver instigado a necessidade de se aprofundar o nevrálgico tema da subjetivação do que propriamente esgotado o sentido da sua presença na construção do Ocidente. Foi a partir desta necessidade que nos reconduzimos em outro momento ao curso *Do Governo dos Vivos*, ministrado no *Collège de France* imediatamente após *Nascimento da Biopolítica*. No trabalho de nossa autoria dedicado àquele curso, perscrutou-se o processo de constituição dos dispositivos da subjetivação cristã bem como a natureza da sua dinâmica interna; dos procedimentos batismais do cristianismo primitivo ao aperfeiçoamento da

prática penitencial enquanto exorcismo e retificação contínuos da alma e daí ao seu aprimoramento no interior da vida monástica, foi possível alcançar, dentre outras, a seguinte conclusão:

A fórmula da vida monástica cristã compreenderá, nestes quadros, um sólido *ethos* baseado no aperfeiçoamento da prática penitencial, voltada para o desdobramento qualitativo intermitente da verdade sobre si, e para este fim apoiada na plataforma, proporcionalmente burilada, da iluminação imediata sobre os mistérios do seu ser via verbalização e exame constante da alma e da obediência aos mestres especialistas, responsáveis por dirigir da melhor maneira os diferentes campos da vida (TEIXEIRA, 2018, p. 244).

A constituição histórica da subjetividade caminha passo a passo com a edificação dos regimes de verdade, consolidando assim um mecanismo relacional civilizatório baseado na identificação entre a capilaridade formada pelos sujeitos individualizados e a verdade singular que se produz a todo instante nas interconexões do tecido social: em suma, trata-se de uma identificação entre a verdade do próprio sujeito (o seu “si mesmo”, por assim dizer) e o regime relacional mais geral no qual ele se encontra inserido. Com efeito, um regime de verdade é um *regime de veridicção*, isto é, *veris-dicção*, um dizer-a-verdade. Mas *quem diz-a-verdade?* Quem diz a verdade, quem (re)produz o seu discurso, é o sujeito existente em uma série de práticas de poder e verdade – pensando aqui a noção de poder precisamente enquanto a produção de subjetividades com a qual a veridicção, ou seja, a produção da verdade, se mantém em uma simbiose inextricável. O dizer-a-verdade que se gesta a partir do século XX ocidental é aquele mergulhado no regime de veridicção neoliberal, é o dizer-a-verdade deste *homo oeconomicus* cujo sentido redundante, no limite, em praticar o discurso do empreendimento, ou seja, em dizer aquela verdade, a partir de si mesmo e para si mesmo, relativa à forma da empresa, pois “trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de *poder enformador da sociedade*” (FOUCAULT, 2008, p. 203, grifo nosso). A potência maior de toda forma de poder é alcançada, por conseguinte, nas partículas do corpo social, nos homens que são ao mesmo tempo produtores e produtos da verdade; os homens são os enformadores que, individualmente e em conjunto, constantemente enformam e se deixam enformar pelas teias da veridicção econômica hegemônica. Nenhum poder é tão eficaz quanto aquele que compõe no próprio indivíduo as funções soberana e servil, em

cuja identificação o elenco de suas práticas representa o processo contínuo de produção de si mesmo em sintonia absoluta com a natureza do regime de verdade.² Na essencial relação entre hegemonia e veridicação, o homem passa a produzir de maneira sistemática e intermitente o seu próprio *ser* tal qual a verdade que de pronto o atravessa. Mas de que maneira o *homo oeconomicus* contemporâneo pode nos ajudar a pensar este “governo-de-si-sobre-si”?

Para Foucault, a produção do *homo oeconomicus* está integralmente indexada ao regime de veridicação da economia neoliberal. O que tentaremos demonstrar é que o “ato de fé” do *homo oeconomicus* é uma aleturgia³ da verdade econômica neoliberal, isto é, a verdade que se manifesta como concorrência, lucro, investimento, progresso e, de modo geral, como o *ethos* empresarial. A vida do sujeito será paulatina e absolutamente enformada pela veridicação neoliberal e, destarte, o processo de subjetivação instaurado neste regime de veridicação transformará cada poro da condição humana em uma empresa. Eis a “*metanoia*” da *oikonomia* contemporânea. O objetivo específico desta reflexão consistirá, portanto, em trazer à luz a relação subterrânea entre a subjetivação cristã – a estrutura da confissão, do batismo e da penitência, conforme Tertuliano e Cassiano – e a sua expressão na subjetividade moderna – o *homo oeconomicus* do neoliberalismo –, isto é, o processo a partir do qual o poder mercadológico (hegemonia) permanece em simbiose com a manifestação da forma econômica (aleturgia) no sujeito. “O *homo oeconomicus*, segundo nossa hipótese, constitui a expressão contemporânea dos procedimentos da subjetivação cristã, e será sobre esta delicada relação que nos debruçaremos em um [neste] segundo momento” (TEIXEIRA, 2018, p. 246).

1. Governamentalidade, economia e sujeito

O propósito sobre o qual Foucault se debruça em *Nascimento da Biopolítica* consiste, segundo ele mesmo, numa tentativa de “reconstruir a história do que poderíamos chamar de arte de governar” (FOUCAULT, 2008, p. 3), ou seja, em compreender, embasando-se na absoluta não-necessidade de qualquer presença universal das manifestações do

² Cf. FOUCAULT, 2008, p. 48.

³ Foucault utiliza o termo “aleturgia” no contexto de *Do Governo dos Vivos* para referir-se precisamente aos procedimentos de manifestação da verdade a partir da construção da subjetividade; aleturgia provém da palavra grega *alétheia*, mais literalmente traduzida como desvelamento, porém apreendida na tradição filosófica ocidental como o termo para se designar o conceito lógico-ontológico de verdade.

poder⁴, com que tipo de procedimentos, com que forma de práticas e relações algo assim como o poder permaneceu no plano histórico geral da era moderna, porém não sem constantemente renovar a sua própria existência sob a insígnia de novas *governamentalidades*,⁵ até se transformar nisto que o pensador classifica sob o nome de biopolítica. Deste modo, percorrer-se-á três grandes racionalidades na história do poder moderno, todas elas atreladas ao funcionamento específico da economia que respectivamente as acompanha: em primeiro lugar, inserida no contexto dos séculos XVI e XVII, a arte de governar nomeada razão-de-Estado e o mercantilismo; em segundo, a partir do século XVIII, a arte de governar calcada na Economia Política e no liberalismo clássico; e, por fim, a arte de governar cujas práticas orbitam fundamentalmente a vida mesma do indivíduo, a governamentalidade que, no século XX, se consolidará como discurso econômico alçado à posição de *ética*, isto é, a biopolítica e o neoliberalismo. O questionamento que de saída orienta esta reflexão e de pronto nos conduz ao encontro inevitável entre a subjetivação cristã e a biopolítica contemporânea pode ser formulado a partir da rica percepção conceitual de Nildo Avelino (2013): afinal, do que se trata a biopolítica? De um “governo da vida” ou de um “governo dos vivos”? Está em jogo um poder exercido *sobre* os homens ou *a partir* deles?

Antes de investigarmos o recorte específico da nossa análise, revisitemos ligeiramente as principais características relativas às governamentalidades anteriores a fim de distingui-las desta que nos interessa. Para Foucault, a governamentalidade típica à razão-de-Estado, fincada nos contornos teóricos hobbesianos, ergue-se sobre duas espécies de relacionamento: um, que é externo, estabelece-se a partir da igualdade entre os Estados soberanos e sua consequente limitação um frente ao outro; o segundo, que é

⁴ Embora o conceito de “anarqueologia” ainda não esteja formulado nesses termos em *Nascimento da Biopolítica*, vindo a aparecer nesses termos somente em *Do Governo dos Vivos*, Foucault intui o método ali presente com a mesma vivacidade já nos trabalhos de 1978-1979: “suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história e aos historiadores: como vocês podem escrever a história, se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existe? [...] suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, se pautam por esse suposto algo que é a loucura?” (FOUCAULT, 2008, p. 5).

⁵ A noção de governamentalidade indica, em sentido bastante geral, a mudança do paradigma de poder ocorrida entre os séculos XVII e XVIII europeus, transitando da centralidade estatal do poder soberano abstrato baseado no protagonismo da lei e da coação ao “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2012, p. 429).

interno, concerne ao vínculo ilimitado do Estado com os súditos, ou seja, um relacionamento travado via poder policial e cuja finalidade jaz na manutenção da estrutura soberana. Ora, e de que meios o Estado se valia para esse propósito? Valia-se da acumulação de riquezas provenientes da prática mercantil e da concorrência entre os Estados, riquezas estas que possibilitariam o fortalecimento da soberania e o imprescindível controle interno dos súditos. Assim, “A concorrência entre os Estados é precisamente o ponto de articulação desses objetivos limitados e desses objetivos ilimitados, porque é precisamente para poder entrar em concorrência com os outros Estados [...] que quem governa vai ter de regulamentar a vida dos seus súditos” (FOUCAULT, 2008, p. 10). Digamos que a verdade da razão de Estado consiste na sua própria permanência e crescente fortalecimento, pois, neste âmbito, o Estado está às voltas com as leis da sua própria existência. Qual mudança ocorre nos idos do século XVIII?

Grosso modo, é o próprio regime de verdade que sofre radical alteração. De maneira geral, as práticas internas do Estado não estarão mais sob a égide do poder ilimitado, porém da regulação, e uma regulação que consiste em um conjunto prático-discursivo historicamente bem delimitado que é o nascimento da Economia Política e do liberalismo. Conforme a sistematização concebida pelos seus mais notórios representantes, Adam Smith e Jean-Baptiste Say, a economia se constitui enquanto uma extensão racional e autônoma de leis naturais autorreguláveis entre si. Como “lei natural”, a Economia Política deverá aparecer como o expediente regulador máximo da ação governamental, baliza, sanção e juízo racional das suas práticas. Em uma só palavra, a economia pensada pelo liberalismo atua explicitamente como uma verdade, investindo-se como princípio regulador e, por conseguinte, limitador do governo. Destarte, toda a malha das relações orientadas em conformidade à economia adquirirá a forma, circunscrita ao corpo social, de um *regime de verdade*. Por regime de verdade quer-se apontar para o fato de “que esse momento é marcado pela articulação, numa série de práticas, de um certo tipo de discurso que, de um lado, o constitui como um conjunto ligado por um vínculo inteligível e, de outro lado, legisla e pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso” (FOUCAULT, 2008, p. 25). Manifestando-se através do escrutínio geral da população, das políticas públicas adotadas pelo governo, pelas restrições e exigências que se impõe, enfim, por toda sorte de práticas no seio do corpo

social, o regime de verdade cinge o real sob o seu inerente princípio diretor e prostra cada um dos seus participantes frente à vigilância constante de um tribunal, o tribunal que ajuíza incessantemente acerca da validade ou não das práticas, acionadas pelo governo e pela população mediante a sanção da verdade. Por conseguinte, é à ordem natural da economia que todos deverão responder, pois é ela a medida de todos os atos e discursos significativos. Mas com qual critério se torna possível averiguar o verdadeiro e o falso das práticas? Como se expressa a verdade no liberalismo? Fundamentalmente, a partir de dois elementos intimamente conectados: o *laissez-faire* e a troca, isto é, a habilidade do governo em deixar o componente econômico se autorregular, em “deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental. Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 42). Deixando o mercado agir, deixando as leis da troca revelarem a sua verdade, o governo ali encontra seu vértice com a economia, seu limite e seu critério de verificação.

Essa é a maneira pela qual o regime de verdade liberal se organizou desde o século XVIII. Entretanto, que espécies de revolvimentos acontecem no plano do regime de verdade e nas práticas governamentais em meados do século XX? Que tipo de *oikonomia*, de *administratio*, assume a direção veridicional da nova governamentalidade? A fim de compreendê-la, é elementar que se destaquem duas grandes rupturas em relação ao liberalismo predecessor; a primeira delas, encabeçada pelo ordoliberalismo alemão, diz respeito à reformulação da razão econômica em face daquela concebida pelos liberais clássicos, pois, ao contrário destes, a economia não é, para os ordoliberais, um conjunto sistêmico de leis naturais autorreguláveis e independentes; ela é, sim, o resultado eficiente da montagem das condições necessárias e adequadas para que haja, efetivamente, desenvolvimento econômico; a segunda ruptura subjaz numa mudança de foco atinente àquilo que se entende – poderíamos assim nomeá-lo – por “impulso modular” da economia, antes consubstanciado na troca e, agora, para o ordoliberalismo e para o neoliberalismo em sentido amplo, fincado na concorrência, quer dizer, na montagem das condições para que esse impulso exista e, finalmente, coloque a economia em movimento. Com o risco de soarmos triviais, é pertinente ressaltar, não obstante, que não há em absoluto um abandono da troca nas relações econômicas. Há, ao contrário, um deslocamento do princípio de verificação da verdade em direção à concorrência –

afinal, a estrutura econômica que está no cerne da governamentalidade neoliberal ainda é aquela do capitalismo.

Paralelas a essas rupturas, surgem imediatamente importantes consequências no âmbito da governamentalidade. Por um lado, a lógica liberal do não intervencionismo ou do intervencionismo mínimo na economia, por parte do governo, será suplantada por uma relação permanentemente interventora; com efeito, o Estado se assume como um agente cuja função é servir à economia. Conforme Leonhard Miksch, um dos teóricos do ordoliberalismo alemão, “é possível que nessa política liberal o número das intervenções econômicas seja tão grande quanto numa política planificadora, mas sua natureza é diferente” (MIKSCH *apud* FOUCAULT, 2008, p. 184); trata-se de uma economia, dirá Wilhelm Röpke, na qual “A liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante” (RÖPKE *apud* FOUCAULT, 2008, p. 183). Em suma, a governamentalidade neoliberal se constitui sobre um conjunto de práticas segundo as quais o Estado é efetivamente um agente econômico, porém de uma maneira bastante particular. Ele não intervirá, em regra, nos resultados dos procedimentos econômicos ou no exercício intrínseco à sua dinâmica. Na política neoliberal, o Estado será um agente econômico cuja especialidade residirá no poder de agir incessantemente sobre as bases da economia, sobre aquilo que a sustenta, que a faz existir e a desenvolve, ou seja, “a preocupação principal e constante da intervenção governamental [...] devem ser as condições de existência do mercado, isto é, o que os ordoliberais chamam de ‘moldura’” (FOUCAULT, 2008, p. 192). Agir sobre a moldura da economia, sobre a sua forma, é este o papel do governo. E onde está localizada esta moldura que sustenta a própria economia? Quem suporta sua existência, quem a manifesta enquanto um regime de verdade? Resposta: a população,⁶ de modo que toda ela, ou seja, cada um dos sujeitos que a integram sejam eles mesmos, no fundo do seu ser e constituídos permanentemente como tais, agentes econômicos. O governo da vida, a biopolítica aqui em discussão, cumpre fomentar a existência dessas subjetividades-econômicas formadoras da malha mais fundamental da economia, lá onde ela verdadeiramente acontece em todo o seu calor. A tarefa do governo consiste, portanto, em cuidar das condições vitais para que essas subjetividades manifestem o regime veridicional impulsionador das suas práticas e

⁶ Cf. FOUCAULT, 2012, p. 424 ss.

discursos, isto é, para que os sujeitos possam concorrer entre si. Em outros termos, significa manter o ambiente propício para a expressão dos homens sob a forma de uma subjetividade bastante peculiar ao neoliberalismo, a saber, a forma da empresa. Cuidar da manutenção e do desenvolvimento do espaço onde os sujeitos se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o mundo ao modo de uma empresa: é este o sentido da governamentalidade neoliberal.⁷

Enquanto *uma* governamentalidade, enquanto *uma* verdade, enquanto *um* poder, o neoliberalismo implica a geração da subjetividade também sob uma só forma, a forma da empresa. Até onde se espraia, portanto, o neoliberalismo fomenta uma subjetividade unidimensional:

O que a economia e o Estado burguês e capitalista produziram? Produziram uma sociedade em que os indivíduos são arrancados da sua comunidade natural e reunidos uns aos outros numa forma, de certo modo, nivelada e anônima, a da massa. O capitalismo produz a massa. O capitalismo produz, por conseguinte, o que Sombart não chama exatamente de unidimensionalidade, mas de que dá a exata definição (FOUCAULT, 2008, p. 154).

Do mesmo modo que a propriedade, a mais-valia e a alienação são atributos intrínsecos à verdade capitalista e, destarte, uma verdade também embutida na aleturgia

⁷ “Quanto mais você multiplica a empresa, [...] quanto mais você força a ação governamental a deixar essas empresas agirem, mais, é claro, você multiplica as superfícies de atrito entre cada uma dessas empresas, mais você multiplica as ocasiões de contenciosos, mais você multiplica também a necessidade de uma arbitragem jurídica” (FOUCAULT, 2008, p. 204). Aqui, talvez seja possível estabelecer caríssimo vínculo entre o pensamento de Michel Foucault – responsável por descentralizar as análises sobre o poder, encontrando-o apenas secundariamente no Estado mas, antes, na subjetividade – e Giorgio Agamben – cujos estudos empenham uma reconversão ao poder soberano a partir do registro teológico que nele resta, tornando possível compreender a atual *oikonomia* soberana de raiz teísta no seio do aparato jurídico-burocrático, cuja estrutura é deísta. Tudo acontece como se estivéssemos diante de um tipo de panteísmo moderno: de um lado, o tecido subjetivo-veridicional movimenta uma grande zona aletúrgica na qual os indivíduos, cada qual e autonomamente, são em um mesmo corpo o governante e o governado. Foi o que Roberto Machado (2012) chamou de poder positivo, porém que também seria possível chamar de “Deus-economia”; de outro lado, teríamos o tecido jurídico, o qual, nos quadros do Estado constituído, se impõe soberano sobre isto que, disponível à sua onipotência divina, Agamben chama de “vida nua” – trata-se de um poder negativo ou que chamaríamos de “Deus-Estado”. No primeiro tecido, regido pela veridicção, estão constantemente acontecendo erupções, desvios, transgressões da verdade que ameaçam a estabilidade da zona de poder: é, pois, sobre essas erupções que o segundo tecido atua, abafando sua diferença e corrigindo sua posição. Deus-economia e Deus-Estado são duas divindades que só existem reciprocamente, embora também em constante atrito. A economia deve a sua existência ao poder soberano, bem como o poder soberano também não existiria se não houvesse um campo beligerante que clama constantemente pela sua atuação. Para um primeiro caminho capaz de auxiliar no aprofundamento da relação entre biopolítica foucaultiana e soberania agambeniana, conferir o artigo de André Duarte, *Foucault y el enlace entre biopolítica y soberanía*.

neoliberal, esta, por seu turno, baseia-se na gestão de tais atributos a partir daquilo que Foucault classificou como “princípio de formalização” da empresa e da concorrência. Com efeito, o neoliberalismo fomenta procedimentos de *essencialização* no indivíduo⁸, através dos quais ele se transforma – ou se revela – precisamente sob a forma da verdade que manifesta em suas práticas e discursos, ou seja, sob a forma da veridicação empresarial. A função do governo é governar *para* este sujeito, é fabricar o terreno no qual a sua existência se torna possível ou, ainda, “é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 165), de modo que o governo passa se comportar, em certo sentido, como um produtor de subjetividade; isto, contudo, apenas na medida em que dela cuida, cultiva, alimenta e, portanto, na medida em que o próprio governo está de alguma maneira submetido previamente ao seu modo de existir. Intervindo com o único escopo de cultivar a concorrência e a forma-empresa, ao governo importa tão somente, no limite, a abstrata ideia de “desenvolvimento econômico”.

Políticas públicas tais como assistência social, redução da pobreza e da miséria, créditos bancários, controle inflacionário, regulação de monopólios, políticas sanitárias, campanhas de vacinação, políticas habitacionais, até a austeridade fiscal e de gastos públicos, tudo está previamente encomendado para fomentar e governar a vida dessa base econômica, dessa forma-empresa, dessa subjetividade unidimensional que é a população, porém apenas na medida em que aparecem como condições do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, é esta mesma base econômica, enunciadora da verdade sobre a economia, que estará incumbida de verificar, isto é, de dotar de verdade as ações governamentais; permitir um solo precário à atuação dos sujeitos-empresa ou falhar nos índices de crescimento atesta o desvio do “caminho da verdade”. Ora, a circularidade do poder se dá pontualmente neste limiar onde já não se sabe mais apontar, de maneira exata, o seu epicentro: há um governo *da* vida (que atua sobre o sujeito) porque o Estado aparece como grande cultivador da verdade, já que, por um lado, ele monta, alimenta e renova o palco da performance econômica; todavia – e é impossível saber o que veio primeiro –, ele também está submetido a um governo *dos* vivos (que atua a partir do sujeito), a um tecido composto por diversos indivíduos que, a partir de si mesmos, produzem a verdade e incitam o Estado a agir conforme sua

⁸ Cf. FOUCAULT, 2008, p. 163.

verificação. Sujeito e governo são, ambos, produtores-produzidos de poder, pois ambos são, concomitantemente, produtores-produzidos de verdade. A questão fulcral que se coloca nos contornos desta governamentalidade consiste em que “a arte de governar deve se exercer num espaço de soberania – e isso é o próprio direito do Estado que diz –, mas a chatice, o azar ou o problema é que o espaço de soberania é habitado ou povoado por sujeitos econômicos” (FOUCAULT, 2008, p. 400). A subjetividade veridicional desse poder – o “espírito” do neoliberalismo, se assim o podemos chamar – encontra sua sedimentação nesta figura à qual Foucault se refere pelo nome de *homo oeconomicus*, o sujeito-empresa.

2. O *homo oeconomicus* e a subjetivação cristã ocidental

Buscando escavar as possibilidades de compreensão acerca da profunda complexidade que marca a existência do poder em nossa época, a hipótese que se quer oferecer consiste no seguinte: o *homo oeconomicus*, o homem transformado em “microempresa”, é o paradigma moderno e a expressão secularizada radicais dos procedimentos elementares da subjetivação cristã.⁹ O *homo oeconomicus* é o penitente, o exorcista e o obediente, aquele cuja profissão de fé se dá nas bases da *oikonomia* neoliberal enquanto o representante máximo da aleturgia que governa os movimentos da governamentalidade contemporânea. São antes a subjetividade e a verdade neoliberais, em face da soberania e da violência, que se arrastam por todas as arestas do corpo social e catalisam o dizer-a-verdade, enunciador e enunciado práticos, como manifestação arrebatadora do poder que representam. No momento em que hegemonia e aleturgia se tornaram uma só coisa, no instante em que o poder passou a se manifestar nas línguas e nos atos dos indivíduos sob a forma da verificação, o drama histórico da sua permanência simultaneamente se transformou numa questão de sobrevivência: porém não a mera sobrevivência das instituições, cargos e leis – transformou-se, sim, na sobrevivência da

⁹ Em 1978, quando Foucault apresenta seu plano de trabalho para os anos seguintes, a saber, o problema da relação entre governamentalidade e subjetividade em torno do qual gravitará até o ano de sua morte, em 1984, este assim chamado “poder pastoral” já aparece como a proveniência essencial do poder moderno: “Nas próximas lições, pretendo mostrar como a governamentalidade nasceu a partir de um modelo arcaico, o da pastoral cristã, apoiou-se em seguida em uma técnica diplomático-militar e finalmente como essa governamentalidade só pôde adquirir suas dimensões atuais graças a uma série de instrumentos particulares, cuja formação é contemporânea da arte de governo e que se chama, no velho sentido da palavra, o dos séculos XVII e XVIII, a polícia” (FOUCAULT, 2012, p. 431).

própria subjetividade, ou seja, daquilo que se é, da identidade, enfim, daquilo que torna possível ao sujeito algo como uma consciência de *si*. O *homo oeconomicus* existe enquanto o sujeito que traga, digere e exala cada aspecto da economia neoliberal; ele é o indivíduo que, tal qual a pedagogia batismal de Tertuliano, experimenta como idênticas a verdade que enuncia e a verdade sobre si mesmo. Trata-se, no limite, de “constituir uma trama social na qual as unidades teriam precisamente a forma da empresa, porque o que é a propriedade privada, senão uma empresa?” (FOUCAULT, 2008, p. 203). Lucro, propriedade, exploração, investimento, concorrência, inovação, técnica e empreendimento são, portanto, os componentes fundamentais da nova equação do *si mesmo*, do “eu”.

Enformado pela verdade da empresa, o *homo oeconomicus* atualiza o substrato hegemônico da constituição do real. Por conseguinte, não apenas a sua relação consigo mesmo será enunciada sob a autenticação essencial do investimento como também o relacionamento com todos os compartimentos da vida, desde a educação dos filhos, voltada para o mercado de trabalho e para a capacitação técnica, até o extremo da reestruturação da temporalidade, passando a entender o tempo como “tempo perdido”, “tempo lucrativo” ou “tempo da produção”.¹⁰ À constituição do real que aqui está em jogo, cuja procedência reside na pontual verificação enunciada pelo sujeito, Foucault nomeou *princípio de inteligibilidade* – para a subjetividade neoliberal, isto é, para o *homo oeconomicus*, a verdade econômica aparece como uma espécie de lente reveladora interna de si e do real:

Primeiro, a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. O que significa que a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não-econômicos (FOUCAULT, 2008, p. 334).

Entretanto, e antes de tudo, o desdobramento paulatino da verdade econômica, erguendo-a pouco a pouco como princípio de inteligibilidade, somente pode acontecer em uma zona onde o *homo oeconomicus* seja permanentemente absorvido por

¹⁰ Cf. FOUCAULT, 2008, p. 116.

procedimentos que o dirijam para o reto caminho, que apresentem a ele os atributos necessários à identificação da verdade e a maneira correta de se perseverar em sua forma. Precisamente, a veridicção da subjetividade neoliberal está enredada em procedimentos muito particulares de pedagogia, rastreáveis até as reflexões de Tertuliano referentes ao batismo. Não é redundante repetir que, aqui, não se trata da mera apreensão impessoal de dogmas mas da concreta identificação do sujeito com a verdade que lhe é ensinada, fazendo-se necessário:

[...] transformá-lo em sujeito de conhecimento, isto é: primeiro, ensinam-lhe verdades, que são as verdades da doutrina, e as regras da vida cristã, e levam-no, assim, de ensino em ensino até uma crença, crença essa que deve se manifestar e se afirmar num certo ato de verdade que é a profissão de fé, profissão de fé essa que é um dos aspectos fundamentais do batismo (FOUCAULT, 2014, p. 107).

Ensina-se-lhe a troca, ensina-se-lhe o trabalho, ensina-se-lhe a concorrência, porém o indivíduo deve tornar-se capaz de reconhecer em si mesmo, como sujeito do conhecimento acerca de si e do mundo, a substância verdadeira disto que lhe é ensinado. A partir daqui, não é porque assim lhe ordenam que o sujeito irá procurar uma especialidade demandada pelo mercado, mas porque ele mesmo reconhece, desde bem cedo, que apenas na medida em que souber compreender os movimentos da verdade econômica é que lhe será permitido a ela ter acesso e nela permanecer. É a própria verdade de si, ou seja, a subjetividade, o eu do indivíduo que se transformará, tal como Foucault concluiu a partir de Tertuliano, na verdade mesma que lhe ensinam a desdobrar. Destarte, a “estrutura de ensino, a estrutura pedagógica, a que dominava nos textos do século II, é uma estrutura na qual a alma aparece como o alvo, o objeto, o coautor, o coautor também de um procedimento que tem por fim constituir a alma como sujeito de conhecimento” (FOUCAULT, 2014, p. 123). Ao *homo oeconomicus*, é o ensino do “bem-estar” financeiro, da prosperidade, da gestão dos gastos, do investimento em todos os aspectos da vida e todo o panfleto neoliberal que se fundirá à sua vida. Não sem propósito:

Formar capital humano, formar, portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o

que se chama de investimentos educacionais. [...] o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano (FOUCAULT, 2008, p. 315).

É a sua sobrevivência enquanto sujeito que estará em perigo se ele não se mantiver no reto caminho da verdade. Por conseguinte, o ato de fé que se lhe revela ao longo da extensa e laboriosa jornada pedagógica de nada vale se também não estiver acompanhado do insistente exercício de perseverança em sua luz, reconhecendo que não basta adquirir de uma vez por todas a verdade – assim como não se pode adquirir de uma vez por todas os lucros de uma empresa – mas que esse exercício acarreta a incansável disposição, pautada no reconhecimento de que somos seres desviantes, para a vigilância constante dos nossos atos. Batismo, ensino, ato de fé e vigilância: elementarmente, esses termos se agremiam para compor a fórmula nuclear da subjetivação, a saber, a fórmula da penitência, da *metanoia*.¹¹ O que a *metanoia*, a transformação da alma rumo à verdade, que é a verdade de si, tem a dizer sobre a subjetivação do *homo oeconomicus*? A *metanoia* consiste num conjunto de práticas e discursos dirigidos para a plenificação necessária da verdade, contudo sem nunca negligenciar o risco que a contingência desviante oferece ininterruptamente ao penitente. Desta forma, a *metanoia* é uma insistência na verdade mas, paradoxalmente, nunca uma insistência suficiente. Tão logo se está no caminho da verdade, tão logo também já se está perturbadoramente distante dela. Ora, esta é exatamente a relação que o sujeito-empresa trava consigo mesmo; a lógica do investimento e da concorrência não permite jamais que o sujeito estacione, pois, caso isso aconteça, há um grande risco de que o capital não produza mais capital e que, por consequência, tendo em vista que seus concorrentes continuam a produzi-lo, seja por fim abatido pelo jogo concorrencial. O *homo oeconomicus* é “um sujeito que, no sentido estrito, procura em qualquer circunstância maximizar seu lucro, otimizar a relação ganho/perda; no sentido lato: aquele cuja conduta é influenciada pelos ganhos e perdas a ela associados” (FOUCAULT, 2008, p. 353). Ele é, por assim dizer, um sujeito que experimenta como essência da sua vida uma penitência estilizada com o *modus* da empresa, pois, “se o tempo de preparação para o batismo deve ser uma *disciplina paenitentiae*, uma disciplina da penitência” – ou seja, todo o esforço despendido, por

¹¹ Cf. FOUCAULT, 2014, p. 118.

exemplo, na qualificação cognitiva e moral da criança, na escola e na família, para que ela se torne um “sujeito do mundo”, o mundo neoliberal – “em compensação a vida inteira do cristão” – ou: do sujeito-empresa – “também deve ser uma penitência” (FOUCAULT, 2014, p. 121).

O *homo oeconomicus*, enquanto penitente contemporâneo, posiciona-se em uma cadeira de julgamentos sobre a qual é ele mesmo, antes de qualquer outro, quem examina incessantemente as suas práticas. É este “reconhecimento das faltas”¹² do sujeito-empresa, bem como do penitente cristão, que o conduz aos procedimentos de exorcismo. A gestão empresarial de si exige do sujeito absoluto comprometimento com a sua verdade, o que se manifesta como um exercício de expulsão permanente daquilo que obsta a sua inteligibilidade lastreada na lógica neoliberal. É neste sentido que o exorcismo não atua apenas como um expurgo da contingência, do Outro, da possibilidade, mas especialmente e no mais das vezes como uma captura e imediata enformação da sua existência. Conforme Foucault, “[n]esse exorcismo batismal que Hipólito atesta, mas também Tertuliano, [...] trata-se de um rito, diria eu, de desposseção, mas no sentido quase jurídico de desapossamento. Ou seja, trata-se de expulsar uma potência e substituí-la por outra” (FOUCAULT, 2014, p. 139). Isto é, o exorcismo, que, como prática inexorável da disciplina de penitência, transforma-se numa atividade permanente da vida do sujeito, consiste num “rito de expulsão, de saída, de desposseção, um rito de passagem de soberania” (FOUCAULT, 2014, p. 139), uma expulsão que o próprio indivíduo opera na medida em que persiste na verdade de si, na identidade imperiosa que ele mesmo é e que, deste modo, reivindica uma atenção ascética ao perigo sempre à espreita do qual se poderia extrair a ameaça crescente da contingência, proporcional, como num teste de fé, à delicadeza inerente da cristalização da verdade de si. Cada expurgo do exorcismo implica, por conseguinte, um procedimento de reenformação da subjetividade, ou seja, numa recolonização sempre ativa da hegemonia veridicional, da identidade necessária que impera no indivíduo a partir do seu próprio esforço disciplinar.

Redundante lembrar, a esta altura, que o aguilhão da disciplina de penitência ensinada no batismo – cujos sustentáculos são o ato de fé, o reconhecimento das faltas e o exorcismo – remonta precisamente à sua relação com a antecipação do perigo. Inscrita

¹² Cf. FOUCAULT, 2014, p. 134; 139.

na insígnia teológica, a antecipação do perigo decifra-se na forma do pecado original, a mácula congênita da criação predileta de Deus. Sobremaneira, a história do liberalismo e do neoliberalismo soube absorver com excelência este impulso de subjetivação sistematizado pelo cristianismo, e isto não apenas sob a veia ascética protestante ensaiada por Max Weber¹³; muito antes, a educação confessional cristã já organizava o rebanho de penitentes sob a aura de uma “sociedade do perigo”: “tratou-se, para o cristianismo, a partir de meados do século II [...], de pensar algo que o cristianismo ainda não havia pensado, que é o problema da recaída, do recomeço da metanoia, da repetição do resgate” (FOUCAULT, 2014, p. 164). Não é suficiente que haja apenas uma purificação ou uma só cerimônia batismal, pois aquilo que traga o sujeito para fora do caminho da verdade – Satã, o Outro, a contingência, o possível – não é uma ameaça que se dá de uma vez e apenas num determinado momento: é um risco sempre presente de recaída no não-necessário, o que faz da vigilância sobre si e do exorcismo constante um par comportamental fixo diante deste mal congênito que nos legou o pecado original. Acertadamente, as literaturas moderna e contemporânea nomeiam a sociedade neoliberal precisamente como “sociedade de risco”. Com efeito, a subjetivação da empresa – bem como a forma geral da veridicação – retira a energia impulsionadora do seu exercício diretamente da iminência do perigo, isto é, de tudo aquilo que representa o revés do seu ato de fé. Ora, o funcionamento da concorrência já anuncia de antemão a presença do perigo: o ciclo crescente de aperfeiçoamento das suas práticas existe tanto como alavanca quanto como resultado da constatação de que, caso o sujeito não se mantenha nos quadros da inteligibilidade econômica, certamente será eliminado do jogo concorrencial constitutivo da verdade neoliberal ela mesma. Assim, não apenas no neoliberalismo como também no seu antecessor histórico – guardadas as distinções anteriormente enumeradas –, “por toda parte vocês veem esse incentivo ao medo do perigo que é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo. Não há liberalismo sem cultura do perigo” (FOUCAULT, 2008, p. 91). Mais uma vez, o casamento entre o

¹³ Não é inédita a identificação da premência desta “dívida do mal” na modernidade. Muito antes de Foucault e além de Weber, também Walter Benjamin a diagnosticou em seu ensaio *Capitalismo como Religião*, no qual estabelece uma relação histórico-dialética entre o culto, o ritual e a culpa sob a moldura do capital. No século XIX, Nietzsche – que exerceu profunda influência sobre as investigações de Foucault, especialmente em relação ao “método” – encontra esta antecipação da falta e da culpa no Livro II de sua *Genealogia da Moral*, que ele traduz no conceito de ressentimento.

desdobrar-se da identidade e o proporcional aprofundamento da ameaça contingencial mostra-se vital para a existência da veridificação. Na zona veridicional do *homo oeconomicus*, onde estão comportados os dogmas da fé referenciados na concorrência, no investimento e na troca, a instrução de Tertuliano impregna cada uma das suas partículas: “as comunidades cristãs não se consideravam uma sociedade de perfeitos, de puros, de gente que, tendo alcançado uma vez a luz e a vida eterna, nunca poderia ser desapossada delas e nunca poderia recair” (FOUCAULT, 2014, p. 163), pois, para o sujeito-empresa e para a governamentalidade neoliberal, jamais é suficiente o sucesso na concorrência e o êxito no lucro; a sua palavra de ordem é, antes, o incessante trabalho de investimento e reconciliação com o movimento do mercado. Em suma, a “metanoia do batismo” – ou, no âmbito contemporâneo, a subjetivação empresarial – “deve ser não apenas um momento durante o qual a alma se volta para a luz e para a verdade, mas uma espécie de *esforço constante*, de parte da alma, para permanecer voltada para elas” (FOUCAULT, 2014, p. 164, grifo nosso).

Permanência da *metanoia*, permanência dos procedimentos batismais, permanência do exorcismo, permanência do perigo: todos esses tentáculos da subjetivação estão às voltas com um projeto bastante caro aos teóricos do neoliberalismo, muito bem elucidado nas palavras de Friedrich Hayek recordadas por Foucault, segundo as quais a economia urge se transformar num comportamento contínuo dos indivíduos, ou seja, “um liberalismo que seja um pensamento vivo” (FOUCAULT, 2008, p. 301), um sólido *ethos* movimentando-se em “liberdade” através dos próprios sujeitos, ética esta consideravelmente difundida no cenário neoliberal estadunidense. Conforme Foucault, o “liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008, p. 301), como, aliás, é o modelo ideal de poder salientado logo na fundamentação dos trabalhos de *Do Governo dos Vivos*.¹⁴ A “soberania” que nos resta investigar concerne, portanto, à soberania da verdade

¹⁴ “Se a verdade pode chegar a constituir o clima e a luz comuns aos governos e aos governados, vocês estão vendo que deve chegar um momento, uma espécie de ponto utópico na história em que o império da verdade poderá fazer reinar sua ordem sem que as decisões de uma autoridade, sem que as opções de uma administração tenham de intervir de outro modo que não a formulação evidente para todo mundo do que se deve fazer. Portanto, o exercício do poder nunca será nada mais que um indicador da verdade” (FOUCAULT, 2014, p. 14).

enunciada pela válvula da identificação com a subjetividade, e da subjetividade praticada na forma da permanência disciplinar representada por um *ethos* cujo conteúdo delata o poder. Por conseguinte, se é uma ética que aqui está em jogo, ou seja, um conjunto ordenado de operações cujo centro emanador reside no próprio indivíduo, novamente nos voltamos para a intrincada relação entre a liberdade, a verdade e o poder. É um dos tópicos que Foucault investiga em *O Sujeito e o Poder* ao encontrar as técnicas do poder pastoral no atual palco político do Estado moderno. Ao mesmo tempo que o poder se investe de uma face totalizadora, já que a verdade que corre em suas veias é, por definição, uma verdade só, ele também exhibe, para que não se perverta em violência, um mecanismo individualizante.¹⁵ O resultado já é conhecido: um poder que se sustenta como verdade e que, por sua vez, enuncia-se como subjetividade, isto é, como veris-dicção.

Sobretudo, há um fenômeno no âmbito veridicional do capitalismo e do neoliberalismo que elucidada com tanto mais clareza essa ambivalência. Foi o que chamamos de subjetividade unidimensional. De modo sucinto, a fórmula se exprime como um “faça por si mesmo, mas faça isto”: significa que o sujeito é livre em seu agir, mas no sentido bastante específico de não haver elementos externos que o coajam a tanto, algo que, não obstante, coaduna-se de imediato com uma liberdade totalmente preenchida pelo conteúdo verdadeiro. Destarte, o sujeito age a partir de si mesmo, porém somente à medida que o si mesmo já está absolutamente identificado com uma verdade. A educação, como vimos, cumpre a tarefa de apresentar essa verdade ao indivíduo, a um aglomerado deles, em massa, em nível de sociedade. A cada um desses sujeitos será ensinada a realidade do mundo e a maneira pela qual se deve proceder para acessá-la. No neoliberalismo, essa realidade é a forma da empresa, sua oração é o investimento e o seu trabalho é a concorrência. Não é necessário, então, que o governo endureça suas práticas coativas a fim de que haja economia, pois a inteligibilidade neoliberal já se transformou numa ética, isto é, transformou-se na própria vida dos indivíduos, totalizou-se na forma da subjetividade, em cada corpo e no amplo espectro da estrutura social. É a soberania do *homo oeconomicus*, ou melhor, da verdade que ele representa enquanto sujeito. Ao governo, à administração pública, ao Estado, sobra a especial e principal função de manter ativa a zona de realidade onde transita o sujeito-empresa e de equilibrar a delicada

¹⁵ Cf. FOUCAULT, 2014c, p. 124-125.

relação entre a liberdade veridicional e a segurança do perseverar em seu caminho. Assim, “[é] necessário, de um lado, produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 87). Ameaça do monopólio que pode corroer a concorrência, ameaça do capital supérfluo que pode corroer o investimento, ameaça, enfim, da contingência que pode corroer a verdade, é no miolo desta mútua implicação, entre a salvação e o pecado original, que o prodigioso equilibrista penitente fixa sua morada, e é aqui também, entre o lucro e a pobreza, entre a concorrência e a obsolescência, que o *homo oeconomicus* do neoliberalismo vem residir.

Uma última palavra acerca do caráter relacional do *homo oeconomicus*. Insistiu-se consideravelmente no caráter ético que a penitência, tal como elaborada por Tertuliano, assumiu tanto na vida do cristão como também na sua repercussão econômica moderna. Pois bem: o tema do aperfeiçoamento da penitência adquirirá especial relevância nos quadros do modo de vida monástico, tendo como principal sistematizador João Cassiano. Para o monge, a baliza elementar de todas as suas práticas está fundada no imperativo da perfeição ascendente da alma. Como foi visto, o assim chamado exame de consciência, também posicionado como um modo permanente de vida, ou seja, como *ethos*, tem decisiva importância nesta lapidação constante da alma a caminho da salvação, pois é através dele que se tornará possível ao penitente elaborar, qualificar e, o que é o mais importante, retificar cada poro da sua vida, a fim de que, aperfeiçoando-a, possa-se então continuar sob a luz da verdade divina. A perfeição da alma, isto é, o conhecimento de si, significa, ao mesmo tempo, o desdobramento da verdade de Deus; portanto, “retificação dos costumes, conhecimento do ser. É o objetivo da vida monástica, é essa a finalidade da vida perfeita e é, como vocês também podem reconhecer, a definição da vida filosófica tal como os filósofos antigos entendiam” (FOUCAULT, 2014, p. 236).¹⁶ Mas a manutenção do reto caminho da vida e ao aperfeiçoamento da alma é imprescindível o elemento relacional basilar da instituição monástica, a saber, a direção. E o que existe de substancial entre o diretor e o dirigido? Há aquilo que, junto à confissão, à penitência e ao exame de si, constitui o modelo ético contínuo da vida monástica, a saber, a obediência. Conforme Cassiano, não há vida monástica se não houver também o critério

¹⁶ Foucault se refere aqui a Sêneca e aos pensadores da tradição estoica.

da obediência ao diretor, e isto porque a ênfase sobre o aperfeiçoamento da alma depende das indigitações dos “mestres especialistas”.¹⁷ Porém, o mestre só poderá dirigir o penitente na medida em que ele manifesta e dá a conhecer todos os pormenores da sua consciência. Por conseguinte, para que haja obediência e direção, “ensina-se aos iniciantes não esconder por falsa vergonha nenhum dos pensamentos que lhes roem o coração, mas desde que esses pensamentos nascem eles são obrigados a manifestá-los aos anciãos” (CASSIANO *apud* FOUCAULT, 2014, p. 241). Aqui, onde os penitentes já vislumbraram os dogmas da fé e as marcas da verdade, os diretores apenas apontam, através do conhecimento referente ao atual estado da alma de cada um, para o conhecimento que cada qual já absorveu acerca de si mesmo. Conhecer o horizonte da verdade sobre si dos penitentes e o nível de instabilidade que os interpela, entre o risco do desvio e retidão da vida, é o que permite ao diretor dirigir as almas; concomitantemente, é a vontade de conhecer-se, a vontade de acessar a perfeição do seu próprio eu que encomenda o penitente ao mecanismo diretor dos mestres. Relevante notar que, especialmente para o regime monástico, a subjetivação caminha lado a lado com a ameaça constante de Satã, do Outro, da contingência que mora em meu próprio ser:

Enquanto para o sábio antigo ou para o sábio estoico, o problema, o inimigo, o perigo, o grave, aquilo com que você tinha de se arranjar por meio da *discretio* era o movimento incontrolável da paixão, do *páthos*, com a mecânica do corpo repercutindo na alma e provocando movimentos incontroláveis, por sua vez o problema, a questão, o perigo na direção cristã será a ilusão, essa ilusão, essa não-discriminação entre a representação do bem e a representação do mal, entre a representação, a sugestão que vem de Deus, a que vem de Satanás, a que vem de mim mesmo (FOUCAULT, 2014, p. 269).

O círculo se fecha, então, entre a vontade de conhecer, buscando perpetuamente balancear-se entre o desvio e a retidão, e o conhecimento do caminho da verdade, trabalho para o qual o espectro do diretor constituirá parte insubstituível da vida do monge. O círculo se fecha, em suma, entre o direcionamento e a disposição para ser dirigido. O *ethos* da obediência, aquele que enlaça o diretor e o dirigido, é descrito por Cassiano, por conseguinte, pela razão de três módulos aletúrgicos: a *subditio* (submissão),

¹⁷ Cf. FOUCAULT, 2014, p. 239.

a *patientia* (passividade) e a *humilitas* (humildade).¹⁸ O primeiro diz respeito à disposição geral de obediência à direção dos mestres e de todo aquele que emita algo assim como uma ordem; o segundo, à capacidade de o sujeito permanecer em consonância com a ordem inerente à realidade que sobre ele recai; e o terceiro, evidentemente harmonizado com os anteriores, concerne à posição que o sujeito ele mesmo assume perante a ordem do mundo e ao endereçamento que os diretores estabelecem para acessá-la. “Em suma, a *subditio* é a forma geral da relação com os outros; a *patientia* é uma atitude para com o mundo exterior; a *humilitas* é a relação consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 248). Entretanto, de que maneira essa estrutura da obediência se movimenta no plano da economia neoliberal? Qual é a nova roupagem deste manequim tão arcaico?

Responder a esse questionamento depende da efetiva compreensão sobre como o *homo oeconomicus* interage com a ordem do real, isto é, com a verdade econômica. Do ponto de vista crítico, podemos afirmar que ele se porta enquanto um constituidor da realidade, que ele é educado desde o berço para agir conforme esta subjetividade empresarial, que testemunha seu discurso e suas práticas serem paulatinamente enformados pelo neoliberalismo; sob sua própria ótica, todavia, não se trata disso, não se trata de fabricar a partir do nada uma verdade. O que ele opera, como foi indicado, é um desdobramento laborioso da verdade sobre si e a partir de si mesmo, como se uma membrana rugosa atrapalhasse o acesso ao caráter verdadeiro de si e do mundo e necessitasse, por isso, ser constantemente retificada para se contemplar a ordem da sua totalidade. Neste sentido, o sujeito-empresa – e o penitente em geral – não fabrica o real, mas se identifica com a sua verdade. Em outros termos, ele sabe que há alternativas, desvios e contrapassos – redutos históricos como o socialismo, o *welfare state*, as economias de subsistência etc. –, mas a única realidade que a ele se revela como verdadeira é aquela nos contornos da qual, antecipadamente, ele mesmo se constituiu enquanto subjetividade. A concorrência e o investimento não são meros artifícios adquiridos, mas revelam-se como o seu próprio ser. É a sua prática, ou melhor, a prática de cada um dos sujeitos-empresa, que edifica a economia neoliberal, e não uma rede orgânica separada deles. Assim se revitaliza o módulo da *patientia* monástica no *homo oeconomicus*, pois:

¹⁸ Cf. FOUCAULT, 2014, p. 246 ss.

O *homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade. A conduta racional é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma portanto sistemática, e a economia poderá portanto se definir como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente (FOUCAULT, 2008, p. 368).

Ele não se curva a um mundo estranho – afinal, o estranho é algo a ser exorcizado – mas, ao contrário, inclina-se-lhe como mais uma demonstração da verdade que (ele) é. Ao mesmo tempo que aceita a realidade, ele também a constitui de acordo com a maneira pela qual com ela se relaciona, pois é no ventre da ordem do real que ele desdobra e conhece a verdade sobre si mesmo, verdade esta profundamente preenchida por dogmas de fé. Destarte, “esse *homo oeconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio” (FOUCAULT, 2008, p. 369). Conhecendo os componentes do ato de fé do *homo oeconomicus*, o governo consegue dirigi-lo de modo a prever os seus passos e as suas reações e, em sentido amplo, controlá-lo. Mas este controle não se dá apenas sob o véu soberano das instâncias do Estado, como também nas pequenas autoridades especializadas, desde o economista que elabora diagnósticos e compõe projeções, desde o ministro que pede colaboração para que uma crise seja superada, até o médico que formula receitas para um bem-estar fisiológico sobre o qual ele mesmo já decidiu a natureza e o contador que saberá onde investir seu dinheiro. Cumprindo esta *subditio*, “O *homo oeconomicus* é aquele que é eminentemente governável” (FOUCAULT, 2008, p. 369).

A subjetividade do *homo oeconomicus* aloca-se sempre numa certa distância em relação à verdade que a comporta, dado que, diante da iminência da queda, o investimento e o trabalho concorrencial nunca são suficientes e sempre carentes de aperfeiçoamento. Não obstante, e posta esta falta perene impulsionadora da perfeição, constitui a sua própria subjetividade a necessidade de lidar com as oscilações do mercado e buscar adaptar-se o melhor possível ao ambiente econômico, ambiente em relação ao qual ele simplesmente reage mas que precisa, de alguma maneira, corresponder à verdade que enuncia. Passivo no que concerne à ordem geral da economia e submisso às técnicas daqueles que sabem como operá-la, a massa de sujeitos-empresa procura acompanhar o

jogo a partir da sua posição de *humilitas*, e assim, com a estrutura da obediência completa, fecha-se o círculo mesmo da direção cristã, espiralando-se com a herança de Tertuliano para, em seguida, guardar-se no estoque de construção da modernidade.

Conclusão

Pretendeu-se com esta reflexão redesenhar algumas das fugazes lembranças do passado cristão que ainda pairam, como fantasmas titereiros, sobre a existência do homem contemporâneo. Por baixo da pompa racional, da seriedade sistêmica e do orgulho generalizado por uma reorientação secular da história e pela laicidade da política encontram-se os principais fundamentos através dos quais o cristianismo fabricou, ao longo de séculos, as entranhas da subjetividade ocidental. O regime de veridição, fermentado na caldeira da história do modo como o conhecemos hoje desde o século XVIII, configura uma ressurreição das técnicas confessionais responsáveis por entalhar, na medula do sujeito, a vontade “espontânea” de prestar obediência a uma determinada verdade hegemônica. A construção do motor perfeito que movimenta por si só e infinitamente o corpo social, o qual personifica-se, no regime de veridição neoliberal, na forma de uma sociedade de investidores, passa a absorver estrategicamente os procedimentos essenciais das práticas de subjetivação. A biopolítica, como conjunto de mecanismos armados em função das táticas de vigilância e controle sobre a condução da vida mesma dos indivíduos, não se torna um conceito ultrapassado frente à gradação descendente efetuada por Foucault em *Do Governo dos Vivos*, pois, obviamente, a governamentalidade e o Estado não deixam de existir para que triunfe a “soberania” da verdade e da subjetividade. Dentro da zona hegemônico-aletúrgica, todos são sócios de um mesmo empreendimento.

A falta em relação à verdade conduz, movimenta, circula o poder. Sua presença no sujeito é paradoxal: ela é absolutamente necessária, porém enquanto algo a ser exorcizado da órbita subjetiva – uma repulsão que impulsiona. Conhecendo a importância deste procedimento, Tertuliano foi perspicaz ao concentrar-se com afincamento na educação das crianças, nutrindo “a ideia de que, quando nascemos no estado de pecadores somos absolutamente crianças e de que o movimento que deve nos levar do estado de pecadores ao estado de cristãos [...] será o movimento que leva da infância à maturidade” (FOUCAULT, 2014, p. 114). Ele sabia o que a criança representava: a

proximidade incômoda com o pecado original, o “monstrinho”, o “endiabrado”, o covil de peripécias de Satã, o perigo mesmo encarnado, em suma, o império – não imperioso – da contingência. Formar o homem e controlar a criança, ensiná-lo a constituir-se homem ao longo de toda a sua vida, era esse o expediente veridicional que o batismo e a *metanoia* vinham estabelecer. Na emblemática e derradeira cena de seu *L'enfant Sauvage*, Truffaut retratou com fabulosa sensibilidade as tessituras da condição humana sob o véu da subjetivação ocidental, sempre postada num meio termo entre o selvagem e o humano. A sentença final do mestre-tutor de Victor, a criança selvagem do título e objeto da fabricação civilizatória, não poderia resumir melhor o *ethos* penitencial do *homo oeconomicus* contemporâneo: “Já não é um selvagem” – diz o tutor – “embora ainda não seja um homem. Victor, você é um jovem extraordinário, com grandes expectativas. Amanhã retomaremos os exercícios”¹⁹, seguido do semblante um tanto mortificado da criança, confundindo-nos entre uma sutil desolação e a segurança de quem reencontrou sua plataforma.

Cada vez mais, e isto não apenas no âmbito da constituição de realidade típica do sujeito-empresa, protagonista da economia neoliberal, mas igualmente em outros territórios veridicionais tais como a sexualidade, a moral, os nacionalismos, a política, a loucura, a medicina, o direito, a ciência e as próprias lutas emancipatórias das assim chamadas minorias, zonas que não deixam de interagir entre si e influenciar-se mutuamente, cada vez mais, dizíamos, é a questão da identidade que reverbera no centro dessas estruturas, o que significa afirmar que é, no mesmo espaço e apontando para a mesma substância, a questão da verdade e a questão do poder. É para as instâncias menores e quase imperceptíveis da subjetividade, condutora das manifestações hegemônicas, que Foucault encaminha seu alerta neste exemplo ocasional acerca da sexualidade:

[S]e a identidade se torna o problema maior da existência sexual, se as pessoas pensam que devem ‘desvendar’ sua ‘identidade própria’ e que essa identidade deve tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência [...] então penso que elas voltarão a uma espécie de ética muito próxima da virilidade heterossexual tradicional (FOUCAULT, 2014b, p. 255).

¹⁹ *L'enfant Sauvage* (tradução oficial brasileira: *O Menino Selvagem*), de François Truffaut, 1970.

O neoliberalismo foi potente ao revitalizar a subjetivação cristã. Sem embargo, onde haja esses procedimentos individuais de perspectiva totalizadora acerca de uma verdade, isto é, onde haja regime de verificação e a essencialização deste que chamamos de homem, lá haverá um poder tão opressor quanto qualquer forma de fascismo. Fincada neste limite perturbador, a máxima foucaultiana – “onde existe poder, existe resistência”²⁰ – rasga-se em dois sentidos, ambos extraordinariamente radicais: por um lado, existe uma resistência *do* poder, visto que, cristalizado na tríade poder-verdade-sujeito, ele se transforma numa muralha contra todos os desvios, desmontagens e possibilidades que “Satã” emana contra a sólida fé identitária; por outro lado, existe também como resistência *ao* poder, sentido outro que se afigura na imagem do abraço apertado dado pela criança na fervilhante contingência que ela mesma é, o retorno alongado, no revés da fabricação do homem, à infância que tanto amedronta àqueles cuja alma nada mais experimenta do que a clausura do seu próprio eu, antes enunciado por vocábulos como salvação e verdade de Deus e, hoje, como lucro, bem-estar e desenvolvimento. Por fim, a via da destituição das diversas aleturgias e hegemonias, que começam com a própria designação da existência em termos como sujeito, indivíduo e homem, repercute no desafio potente de nos tornarmos mais satânicos, mais hereges, mais infantis.

Referências

ABIUSO, Federico Luis. Comentario a Michel Foucault: del gobierno de los vivos. In.: *Delito y Sociedad* 39. año 24. 1º semestre 2015. Buenos Aires, p. 171-174. Disponível em: <<https://www.academia.edu>>. Acesso em: 20/12/2016.

AVELINO, Nildo. A governamentalidade entre o “governo da vida” e o “governo dos vivos”. In: Silvio Gallo; Marcus Novaes; Laisa Blancy. (Org.). *Conexões: Delençe e Política e Resistência e...* 1ª Edição. Petrópolis: DP et Alli, 2013, v. 1, p. 45-61. Disponível em: <<https://www.academia.edu>>. Acesso em: 05/12/2016.

_____. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. In.: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 25. nº 74. São Paulo: Outubro, 2010. p. 139-157. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05/12/2016.

²⁰ Cf. FOUCAULT, 2012b, p. 359-360.

CORRÊA, Guilherme. Do livro de receitas: como produzir um homem. In.: PASSETTI, Edson (org.). *Kafka, Foucault: sem medos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

DUARTE, André. Foucault y el enlace entre biopolítica y soberanía. In.: *Quadranti: Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*. Volume I. Nº 1, 2013. Disponível em: <<http://www.rivistaquadranti.eu>>. Acesso em: 03/06/2016.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. Curso dado no Collège de France (1978). In.: *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *Do Governo dos Vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Michel Senellart. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. In.: *Ditos e Escritos* (volume IX): genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Não ao sexo rei. In.: *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012b.

_____. O Sujeito e o Poder. In.: *Ditos e Escritos* (volume IX): genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta. Trad. Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c.